

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.894 - RS (2019/0326122-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : ALEXSANDRO MACIEL BRASIL (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARISTELA CELESTE DE ARAÚJO RODRIGUES - RS057472  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ALEXSANDRO MACIEL BRASIL contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0244865-56.2019.8.21.7000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

Nesta via, o recorrente pleiteia, em síntese, a revogação da segregação processual decretada em seu desfavor, alegando que, nos termos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, teria direito à prisão domiciliar, porquanto "*é pessoa doente, debilitada, portador de tireoide e problemas cardíacos; toma medicamentos controlados*" (e-STJ fl. 131).

Afirma que há excesso de prazo da prisão cautelar, visto que "*está segregado desde o dia 31/07/2019, e a audiência de instrução e julgamento está designada somente para o dia 18/12/2019, sendo que até lá terá transcorrido 140 (cento e quarenta) dias, demonstrando assim o constrangimento ilegal*" (e-STJ fl. 134).

Contrarrazoado o recurso, os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pela instância *a quo*, às e-STJ fls. 171-197.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

**É o relatório.**

**Dos elementos carreados aos autos**, infere-se que o recorrente, após ser preso em flagrante em **31/7/2019** teve convertida a prisão em preventiva no dia seguinte e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, porque teria sido surpreendido, quando do cumprimento de mandado de busca e apreensão, guardando uma pistola, com numeração raspada, em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Verifica-se que o Juízo singular converteu o flagrante em prisão preventiva para a garantia da ordem pública, ao considerar, principalmente, que o acusado "*embora tecnicamente primário, já ostenta duas condenações provisórias, uma delas por tráfico de entorpecentes, com aplicação de pena de 8 anos de reclusão (sentença datada de 2017) e outra por posse de arma de fogo*" (e-STJ fl. 186).

Instado a reavaliar os requisitos ensejadores da medida extrema, por duas vezes, o Togado processante entendeu pelo indeferimento, visto que os fundamentos permanecem hígidos.

Quanto ao pleito de prisão domiciliar, foi apontado pelo Magistrado que "*os*

*problemas de saúde do flagrado não são pressupostos para a concessão da liberdade provisória, até porque os tratamentos ocorrem por via oral, não impedindo o encarceramento a manutenção do tratamento"* (e-STJ fl. 188).

Inconformada com a delonga processual, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, ratificando os fundamentos exarados quando do exame da medida liminar, porquanto *"os documentos que instruem a presente medida não indicam qualquer dificuldade do paciente em realizar o tratamento médico junto ao estabelecimento penal em que se encontra, não revelando que ele apresente um quadro clínico comprometedor, exigindo o recolhimento à sua residência"* (e-STJ fl. 112).

Ainda, no que tange ao excesso de prazo para formação da culpa, acrescentou-se no acórdão ora impugnado que, *"há notícias de que o paciente vinha sendo investigado pela prática de crimes, do que se depreende maior complexidade para a conclusão das investigações, não sendo excessivo o prazo até aqui transcorrido"* (e-STJ fl. 112).

Pois bem.

**Delineado o contexto fático processual**, no tocante ao aventado excesso de prazo, cumpre ressaltar, *ab initio*, que a doutrina tem orientado e esta Corte Superior decidido que os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Segundo informações dos autos e confirmadas na página eletrônica do Tribunal de origem, o recorrente foi preso em flagrante no dia **31/7/2019**, convertida em preventiva no dia seguinte; a denúncia foi recebida em **30/9/2019**; a defesa apresentou resposta à acusação em **11/10/2019**, estando a audiência de instrução e julgamento designada para o dia **18/12/2019**. Além disso, o Magistrado processante analisou, ao menos por duas vezes, pedidos de revogação da prisão preventiva, mantendo hígido o decreto segregativo.

Desse modo, forçoso reconhecer que **o conjunto dos atos praticados denotam a regular tramitação do feito**, não havendo notícias recentes de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação das fases processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional.

Por outro lado, quanto ao pleito de substituição da prisão *ante tempus* pela domiciliar, insta consignar que, com o advento da Lei n. 13.257/2016, se permitiu ao Juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave. Deve-se ressaltar, contudo, que a previsão insculpida na lei reformadora do art. 318 do Código de Processo Penal não é de caráter puramente objetivo e automático, cabendo ao magistrado avaliar a situação do custodiado e, ainda, da adequação da medida.

Nesse sentido, ensina a doutrina:

*"[...] a presença de um dos pressupostos indicados no art.*

*318, isoladamente considerado, não assegura ao acusado, automaticamente, o direito à substituição da prisão preventiva pela domiciliar.*

*O princípio da adequação também deve ser aplicado à substituição (CPP, art. 282, II), de modo que a prisão preventiva somente pode ser substituída pela domiciliar se se mostrar adequada à situação concreta. Do contrário, bastaria que o acusado atingisse a idade de 80 (oitenta) anos par que tivesse direito automático à prisão domiciliar, com o que não se pode concordar. Portanto, a presença de um dos pressupostos do art. 318 do CPP funciona como requisito mínimo, mas não suficiente, de per si, para a substituição, cabendo ao magistrado verificar se, no caso concreto, a prisão domiciliar seria suficiente para neutralizar o periculum libertatis que deu ensejo à decretação da prisão preventiva do acusado" (Manual de Direito Processual Penal. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 998).*

Com efeito, observa-se que a pretensão do ora recorrente foi rechaçada pelas instâncias ordinárias considerando que ele pode receber o tratamento médico adequado nas dependências do estabelecimento prisional, além do que a debilidade extrema por doença grave não foi comprovada de forma idônea.

A propósito:

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. DOENÇA. EXTREMA DEBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO NO PRESÍDIO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Não é ilegal o encarceramento preventivo decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da periculosidade do ora paciente, que teve a prisão temporária decretada sob a acusação de participação na prática de inúmeros crimes relacionados ao tráfico de drogas, apurados mediante interceptação telefônica entre os treze acusados (que supostamente integram a organização criminosa denominada PCC), complementada por trabalho investigativo de campo.*

*2. Nesse contexto, indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, porque insuficientes para resguardar a ordem pública.*

*3. Não há como conceder a prisão domiciliar, ao argumento de ser o paciente portador de doença grave (Hepatite C), na medida em que não restou comprovado que o acusado se encontra "extremamente debilitado", a teor do art. 318, II, do CPP, além*

# Superior Tribunal de Justiça

*do que, segundo as instâncias precedentes, seria possível a realização de tratamento médico no sistema prisional.*

*4. Ordem denegada.*

(HC 429.506/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018)

Assim, a reforma do entendimento firmado pelas instâncias de origem, quanto à ausência de demonstração dos requisitos indispensáveis para a concessão da prisão domiciliar na espécie, demandaria o exame de matéria fático-probatória, providência vedada na estreita esfera do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Desse modo, não há prova pré constituída nos autos que demonstre o aventado constrangimento ilegal, pois, apesar da juntada dos atestados e laudos médicos às e-STJ fls. 60-79, ausentes documentos que comprovem a impossibilidade de tratamento dentro do sistema penitenciário.

Ante o exposto, **nega-se provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator